

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) - Apensado o Projeto de Decreto Legislativo nº1.573, de 2005.

Concedo a palavra para oferecer parecer ao projeto de decreto legislativo, em substituição à Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, ao Sr. Raul Jungmann.

O SR. RAUL JUNGSMANN (PPS-PE. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a história e a humanização de uma sociedade, o desenvolvimento de uma cultura se confundem com uma trajetória que vai da barbárie, da violência, do desrespeito aos homens e às mulheres, na direção do respeito à vida, à integridade da pessoa humana, a uma cultura orientada para a paz, para a diversidade, para a pluralidade e para o respeito a todos.

Esse referendo é a oportunidade que tem a sociedade brasileira, em primeiro lugar, de dar um passo decisivo e gigantesco para nos libertar do medo que nos fragmenta, que nos transforma em estranhos, que não nos faz um outro para os outros, que nos torna cada vez mais desiguais.

A pior forma de desigualdade que existe é aquela que advém da violência. E não há, Sr. Presidente, maneira mais absoluta de se destruir toda e qualquer simetria, toda e qualquer possibilidade cultural, que se confunde com a própria história humana, do que a violência, a eliminação física, a invalidação do outro.

Se queremos caminhar, como muitos aqui, na direção da vida, da humanização, da paz, da liberdade, do respeito, temos em nossas mãos a oportunidade ímpar de eliminar a violência que advém do vetor das armas de fogo, dos homicídios fúteis, da impunidade que a todos homizava, exila, divide e separa. Temos um compromisso com esse referendo pela vida, pela paz, pelo homem e pela mulher.

Dizem os opositores que a arma é instrumento de defesa. Não é verdade! As estatísticas apontam que toda e qualquer reação armada só propicia, em larga medida, a destruição do portador da arma. O cidadão que tem arma de fogo em casa tem 4 vezes mais chances de se envolver com homicídio, com suicídio, com ferimento, levando o SUS a despendar a cada ano mais de 130 milhões de reais para tentar corrigir aquilo que é fruto da violência.

Não é verdade que estamos gastando ou que iremos gastar centenas de milhões — alguns dizem até 1 bilhão de reais — para fazer esse referendo. São 210 milhões, que se encontram disponíveis, nas mãos do Presidente do Tribunal Superior Eleitoral.

Concluo, Sr. Presidente, dizendo que esse referendo é a oportunidade que todos temos de transformar uma sociedade eivada pelo medo, pelo pavor e poder caminhar na direção da solidariedade, da paz e da vida.

Quando fomos às ruas, tempos atrás, resgatamos a democracia, a liberdade, a cidadania. Hoje necessitamos do referendo. Precisamos liberar as energias de 130 milhões de brasileiros para resgatar o controle sobre a violência, para poder fazer dessa grande campanha ética, cívica e cidadã o ponto de inflexão e mudança, como ocorreu no passado, com as Diretas-já, com a campanha pela anistia e com as campanhas cívicas que nos possibilitaram dar grandes saltos, que nos levaram adiante, na afirmação de uma cultura de paz, de vida e que nega a violência contra o outro, contra os iguais.

No mérito, o meu parecer é pela aprovação. Conto com homens e mulheres que querem romper com a cultura do medo, da violência e que sabem que o Estatuto do

Desarmamento já nos propicia enormes avanços, conforme atestam as pesquisas. Aproveito a oportunidade para prestar homenagem a figuras como o Deputado Luiz Eduardo Greenhalgh, o Deputado João Paulo Cunha e a Deputada Laura Carneiro. *(Palmas.) (Apupos.)*
Muito obrigado.